

*A Idade Média  
Brasileira? Colonialismos  
e medievalismos  
historiográficos (c.1900-  
1940)<sup>1</sup>*

*The Brazilian Middle Ages?  
Historiographical colonialisms  
and medievalisms (c.1900-  
1940)*

Renan Marques Birro<sup>2</sup>



**Resumo:** O presente artigo pretende recobrar o colonialismo intelectual vigente na historiografia brasileira do início do século XX, além de suas nítidas relações com os medievalismos subjacentes aos processos de produção histórica vigentes na Europa do período. Assim, o texto recobrou os colonialismos culturais no final do século XIX e início do século XX, que subsidiaram os nacionalismos e colonialismos europeus em outras partes do mundo. Em seguida, o texto ofertou aos leitores um vislumbre do predomínio do colonialismo cultural francês no Brasil e, em menor grau, a ambivalente presença do colonialismo cultural português - minorado por sentimentos lusóforos na jovem república brasileira. O último tópico foi dedicado ao estudo de caso em torno da produção intelectual de Carlos Malheiro Dias (1875-1941), um famoso literato e jornalista luso-brasileiro, para mostrar que as premissas anteriores não apenas cimentaram a noção de “raízes medievais brasileiras”, mas também a base arquetípica e teórica da historiografia brasileira.

**Palavras-chave:** Idade média brasileira; Carlos Malheiro Dias; Medievalismo; Colonialismo; Historiografia.

**Abstract:** The main purpose of this text is to recover the intellectual colonialism in course in the Brazilian historiography at the beginning of 20th century; and also its clear relations with the underlying medievalisms in historical works written in Europe of that time. Thus, the text briefly recovers the cultural colonialisms at the end of the 19th century and at the beginning of the 20th century which provided nationalisms and colonialisms in other parts of the world. Furthermore, the text offered to their readers a glimpse of the prevalent French cultural colonialism in Brazil and, in a minor degree, the ambivalent presence of Portuguese cultural colonialism - despite the lusophobic feelings in the young Brazilian Republic. The last topic was dedicated to Carlos Malheiro Dias (1875-1941), a famous Portuguese-Brazilian writer and journalist,



to show how the before mentioned premises corroborated not only with the idea “medieval brazilian roots”, but also with the archetypical and theoretical basis of Brazilian historiography.

**Keywords:** Brazilian middle ages; Carlos Malheiro Dias; Medievalism; Colonialism; Historiography.

Renan Marques Birro  
A Idade Média Brasileira? Colonialismos e  
medievalismos historiográficos (c. 1900-1940)



Em 2015, Nadia Altschul publicou uma relevante reflexão sobre o medievalismo e a contemporaneidade do Medieval no Brasil pós-colonial. Além de criticar a proposta das “raízes medievais brasileiras”, ela apresentou de modo breve como Euclides da Cunha – um dos autores seminais para a criação da identidade nacional brasileira – aplicou um arquétipo sobre a Idade Média vigente em época para legitimar a *Guerra de Canudos* e o sentimento de superioridade do Centro-Sul frente ao Norte-Nordeste (ALTSCHUL, 2015). Noutra dimensão, inspirei-me em um artigo recém-publicado que expõe como os estudos medievais no Brasil adotaram muitas vezes uma postura colonizada frente à historiografia francesa (AMARAL; BERTARELLI, 2020).

Consequentemente, na esteira desses trabalhos, esta reflexão fiou-se no *medievalismo*, abordagem que se preocupa com a recepção do período medieval na contemporaneidade e com a historiografia sobre o período medieval (MÜLLER, 2010; PUGH; WEISL, 2013; UTZ, 2015). Partindo deste enfoque, o presente artigo pretende avançar e deslindar o cenário intelectual que permeava as elites brasileiras no final do século XIX e início do século XX, com particular apreço pela elite paulistana, que estava no entorno de Euclides da Cunha. Para tanto, versarei em primeiro lugar sobre o colonialismo cultural vigente em época, suas relações com o passado medieval (real ou imaginado) e seus reflexos no Brasil; por fim, proporei um estudo de caso a partir do controverso intelectual luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias (1875-1941).

### **Colonialismos culturais, medievalismos e sua contraparte nas Américas**

Edward Said atestou em seu estudo clássico que “a invenção do Oriente” coincidiu com avanços na Filologia românica, da Linguística comparada e dos estudos das origens das línguas indoeuropeias (SAID, 2007). Os parâmetros europeus para ver e interpretar o mundo em termos científicos (ou pseudocientíficos) “ajudaram” a formatar as identidades nacionais e intelectuais na África, Ásia e América Latina. Neste ínterim, saberes tradicionais das sociedades assentadas nesses continentes, suas mundivisões ou seus desdobramentos intelectuais foram usualmente diminuídos diante do potentado intelectual europeu (CASTRO-GÓMEZ, 2005; DUSSEL, 2005; MAMA, 2005; MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 1998).

Alguns autores trabalharam com o conceito de *colonialidade do poder*, ou seja, uma espoliação econômica, cultural, social e intelectual que legitima um imaginário de superioridade intransponível entre o colonizador (em termos



de bondade, civilização, raça e racionalidade, por exemplo) e o colonizado (barbárie, incontidência, índio, maldade, negro etc.). Se a comunicação entre ambas é impossível pelo viés da cultura, produziu-se, portanto, uma relação hierarquizada entre sociedades europeias e não-europeias ditadas inicialmente pelo poder colonial, mas em seguida pela cultura do poder intelectual, isto é, arquétipos, conceitos e teorias produzidos para o contexto europeu e reproduzidos, graças ao *modus operandi* acadêmico, para outras plagas. É possível falar, desse modo, de uma *colonialidade do poder* intelectual (CASTRO-GÓMEZ, 2005; QUIJANO, 1998).

Ao versar sobre o assunto, Amina Mama manifestou que as universidades africanas reproduzem estruturas departamentais e discussões influenciadas e/ou herdadas dos cenários acadêmicos estadunidense e europeu em vez de formatarem modelos transdisciplinares e mais adequados à realidade vigente neste continente; enquanto isso, as elites locais não raro reproduzem os aparatos intelectuais por influência dos antigos colonizadores. Considerando esse ponto,

a violência epistemológica, que acompanhou o processo de conquista e retalhamento da África e outros territórios coloniais, resultou numa herança de dominação intelectual com a qual ainda temos de conviver, e que continua a suscitar desafios às nossas identidades intelectuais (MAMA, 2005, p. 118).

Assim, fica nítido que as nações europeias tentaram oferecer respostas aos problemas internos e externos enfrentados no momento quanto à identidade nacional ao domínio territorial; e, de modo geral, a Idade Média foi a pedra fundamental e fundacional das identidades e línguas nacionais e, simultaneamente, para legitimar os processos vigentes de dominação colonial (MILLER, 2016). Em conformidade com essas reflexões, outros pesquisadores já avançaram em propostas da colonização intelectual do passado alheio (DAGENAIS; GREER, 2000, p. 431-438) ou do próprio passado (SVANBERG, 2003) em termos originalmente constituídos conforme mitologias nacionalistas, colonialistas e com laivos de racialidade. Apesar disso, muitos termos, arquétipos e conceitos continuam em voga, total ou parcialmente, deixando marcas duradouras na produção historiográfica.

Nesse sentido, Patrick Geary (2005) apresentou como várias nações europeias lançaram mão do passado medieval de modo a consolidar e legitimar suas



intenções e pretensões territoriais, de controle e dominação de populações e em termos ideológicos, recobrando textos clássicos (HROCH, 1985; HOBBSAWM, 2002). Em um esforço de síntese, eis os pontos principais: a necessidade de formação de um grupo de intelectuais engajado em uma empresa nacional; a adoção de uma forma de língua oficial, concomitante com o “resgate” e a promoção de um conjunto cultural comum (folclore, literatura e tradições); a adoção desses parâmetros sobre um determinado território; a evocação de um passado comum (não raro medieval e “inventado”) que conectava comunidades culturais e linguísticas; a transmissão dessas ideias em massa, com especial apreço para a esfera escolar (preferencialmente pública).

Ademais, os três historiadores citados manifestaram que este modelo teve início no contexto prussiano; e, *grosso modo*, a intelectualidade europeia daquele período teria atribuído a vitória germânica na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) como uma consequência da adoção desses parâmetros culturais, ideológicos e políticos. Conforme o arrazoado vigente na época, essas premissas teriam encorajado os soldados, formatando uma ideia de unidade e de defesa da mãe-pátria. Não por acaso, muitas nações adotaram medidas similares que promoviam o discurso nacionalista, a identidade nacional e parâmetros históricos-linguísticos com validade para todo o país.

Como nação derrotada no pós-guerra, a França atrelou-se ao passado medieval para se reinventar. Os intelectuais daquele tempo, entre os quais o célebre Fustel de Coulanges (1830-1889), defendiam a superação das desavenças entre monarquistas, católicos e republicanos que enfraqueciam a nação francesa; a identidade nacional comum era mais do que necessária para reerguer a nação após o vexatório resultado no confronto ante os inimigos além-Reno. Desse modo, a Idade Média francesa foi almejada, buscada e instituída como uma espécie de “fundação” do projeto. Naturalmente, apesar da convergência, os caminhos adotados muitas vezes apresentavam vozes dissonantes. Seja como for, políticos e/ou intelectuais destacaram-se no período, como Gaston Paris (1839-1903) e Joseph Bédier (1864-1938) (EMERY; MOROWITZ, 2003, p. 12-52). Portanto,

apesar da frequentemente contraditória reivindicação sobre os personagens e a arte da Idade Média, o fervor patriótico geralmente sobrepunha-se a todo o resto; e, em torno da década de 1880, todos concordavam que a Idade Média era a chave da identidade francesa (EMERY; MOROWITZ, 2003, p. 51-52).



Na tentativa de concatenar todas essas ideias, é possível citar o curioso caso de Bédier. Ele nasceu em Paris, mas tinha raízes nas Ilhas Reunião, um arquipélago localizado no Oceano Índico que compunha o império ultramarino francês e ainda hoje é um território de além-mar da República francesa. Ali Bédier viveu parte de sua infância, antes de retornar para a capital francesa para dedicar-se aos estudos. Como bem demonstrou Michelle Warren na obra *Creole Medievalism*, a elite insular, da qual Bédier fazia parte, enfatizava seu pertencimento ao círculo cultural metropolitano francês e ao eurocentrismo. Mesmo quando foi morar na França, Bédier mantinha contato com os *réunionnais* que ali viviam (WARREN, 2011, p. xi-xx).

De fato, Joseph Bédier destacou-se por propor uma tradução de *Tristão e Isolda* - obra originalmente escrita em anglo-normando e disponível em um manuscrito que se encontrava em Oxford. Com efeito, ela passou a figurar como a literatura nacional francesa, tal como a *Nibelungenlied* alemã e o *Beowulf* inglês. Pouco tempo depois, Bédier obteve a cátedra de literatura medieval francesa no Collège de France, também foi tomado como um herói na Primeira Guerra e, por fim, em 1920, foi eleito para a Academia Française. Consequentemente, todos esses elementos, sem ignorar sua ligação com a Idade Média, fizeram dele uma espécie de “garoto propaganda” *réunionnais* (WARREN, 2011, p. xxi-xxvi). Chama particular atenção que

O medievalismo crioulo articulado pelo migrante *réunionnais* [...] tem uma longa história, que se pauta de modo discutível na mesma base da noção de *mission civilisatrice* que dirigiu a ideologia colonial francesa durante boa parte dos séculos XIX e XX (WARREN, 2011, p. xxvii).

Não se tratou, porém, de um movimento apenas elitista; na esfera popular, medievalismo e colonialismo se uniram na educação, nos debates políticos e jornalísticos e até mesmo nas exposições universais organizadas em Paris entre o final do século XIX e o início do século XX. O presidente do país, por exemplo, abria as ocasiões a partir de um trono posto em frente a uma casa tipicamente medieval. Ademais, ao considerar a organização da feira e seus múltiplos estandes, fica perceptível que a mistura entre medievalismo e colonialismo não impedia a fortificação do nacionalismo republicano (WARREN, 2011, p. 26-74).

O caso evocado mostra uma elite cultural, econômica, intelectual e política fora da França metropolitana e sem um passado medieval que construiu ou





manteve um laço com a Idade Média *intencionalmente*. Assim, a identidade nacional francesa foi forjada no escopo sentimental, não territorial; dessa forma, seria possível que um nativo das colônias se engajasse com ela, como no caso dos réunionnais (WARREN, 2011, p. 3-6). Era uma forma de se sentir simultaneamente parte da França, civilizado e europeu.

Ao retomar a questão educacional e a pretensão colonial francesa, que extrapolava seus próprios territórios, recobro o papel que a *Aliança Francesa* teve para o ensino de língua estrangeira e como uma ferramenta de colonialismo cultural, diplomático e de difusão de uma orientação francófona dos países em desenvolvimento. A rigor, o curso foi pensado por docentes universitários que já alimentavam seus estudantes com amostras da literatura francesa (inclusive medieval), conceitos (como a ideia de *civilização*) e explicações históricas sobre a França (História política, institucional e das estruturas do Antigo e Novo Regime) (CORTIER, 2018, p. 3).

Nesse ínterim, propunha-se uma formação de professores que fosse capaz de difundir “uma adesão às representações ideais de uma língua e cultura francesas de tipo universalista [...] de uma atração combinada com uma atitude antialemã ou antinorte-americana, como na América Latina” (CORTIER, 2018, p. 9). Curiosamente, esta característica esteve mais presente quando Bédier e Georges Duhamel assumiram a presidência da Aliança Francesa; e apesar das mudanças institucionais da década de 1980 em diante, “a noção de cultura reivindicada pela Aliança [...] permanecerá por muito tempo fiel à noção literária e de uma cultura-civilização de vocação universalista” (CORTIER, 2018, p. 10).

Diante do exposto, a primeira pergunta que é posta à mesa é: seria possível pensar nesse paradoxal medievalismo nas Américas? Sobre isso, recobro um trabalho menos conhecido de Patrick Geary intitulado *Medieval Germany in America* (1996). Esta obra versa sobre o impacto da tradição intelectual germânica no ambiente universitário estadunidense do final do século XIX e início do XX. Naquele período, as universidades dos Estados Unidos abraçaram o “modelo de seminário germânico”, também adotado no restante do mundo e vigente até os dias de hoje. Além disso, jovens pesquisadores estadunidenses estudaram em instituições germânicas, enquanto professores germânicos lecionaram nas instituições americanas.

Não parece surpreendente que os arquétipos e conceitos da história europeia germânica tenham sido aplicados e adaptados para formatar as bases da historiografia nacional estadunidense (GEARY, 1996) – incluindo, notadamente, um discurso de superioridade racial e a noção de destino manifesto – com ampla





repercussão social, política e religiosa (BIRRO, 2016a, 2016b).

Quanto ao potencial desconforto da fusão do ideal republicano e o medievalismo nos casos francês e estadunidense, lembro-me da complexa noção de *translatio studii* dos princípios republicanos romanos, costurada com a evocação do passado medieval. Contudo, no caso americano, como recobrado por Geary (1996) até o fim da Primeira Guerra, a esfera de influência era outra (nos parâmetros da anglofilia e germanofilia). Seja como for, os argumentos de partida não são tão distantes, pois era preciso vincular-se ao passado europeu em algum grau; ademais, tratou-se do “mito de uma herança político-cultural ocidental, de um Ocidente que serve como um depositário de ideia de civilização que encontraria a América do Norte como ponto de chegada” (MILLER, 2016, p. 5-6).

Portanto, mediante o exemplo estadunidense, até que ponto seria possível pensar um *medievalismo* à brasileira? Quais seriam suas bases e premissas? Qual(is) âmbito(s) de influências europeias serviu(ram) para nossa vinculação com a Idade Média?

### **Educação francófila e colonialismo cultural francês no Brasil: um breve panorama da primeira metade do século XX**

A fusão entre o pensamento republicano, o nacionalismo, o medievalismo e o imperialismo não parecia paradoxal na ótica francesa entre o final do século XIX e o início do século XX. Em 1908 foi criado o *Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*, com a nítida intenção de estreitar laços com parceiros latinoamericanos. Indubitavelmente, as trocas culturais com a França diminuíram na década seguinte, em virtude da Primeira Guerra; mas foram prontamente retomadas após o conflito, graças aos fundos científicos para o estrangeiro e para publicação de obras fora da França. Nesse ponto, destaco o papel de George Dumas, que atuou inicialmente como professor da Faculdade de Paris no *fin-de-siècle*, como membro inicial do *Groupement* e engajado nas relações França-Brasil; ele colaborou com a instalação do Instituto Franco-Brasiliense de Alta Cultura no Rio (1922) e em São Paulo (1925) (FERREIRA, 2005, p. 227-228).

Em termos rigorosos, seria possível até mesmo recuar no tempo e observar a formação das elites brasileiras. Entre c.1850-1930, o Colégio Pedro II preparou os filhos da elite brasileira conforme o receituário pedagógico da “França humanista, conservadora e católica” (NEVES, 2015, p. 73). O currículo e as



leituras dessa instituição, por sinal, eram os mesmos adotados na contraparte francesa – e recorrentemente em francês. Além disso, entre 1838 (fundação do colégio) e 1961, o ensino da Língua Francesa ocupou grande parte da grade curricular. Ainda vale ressaltar que o currículo e as leituras do Colégio Pedro II serviram como espelho para outras instituições do país até meados do século XX (NEVES, 2015, p. 73-78). Deste modo, parece verossímil afirmar que o horizonte intelectual das elites brasileiras era semelhante daquele que produziu o medievalismo republicano francês em *fin-de-siècle*.

Entrementes, em 1925, o *Estado de São Paulo* noticiou a pretensão da formação de uma escola secundária que suprisse as lacunas educacionais da elite paulistana e formasse a base do alunado que atenderia a futura Universidade de São Paulo: ele foi chamado de Liceu Franco-Brasileiro por sugestão de George Dumas (CARDOSO, 1982, p. 60). Anos mais tarde, Júlio de Mesquita Filho relatou que o intelectual francês acreditava que os professores do Liceu “deveriam ser contratados na Europa, pois a verdade – a verdadeira verdade – é que não havia ninguém no Brasil capacitado a ensinar qualquer uma das matérias do ginásio. Os que se dedicavam a essa função eram os que haviam fracassado em suas profissões [...]” (MESQUITA FILHO, 2010, p. 152).

A tentativa de reforçar a preeminência francesa no ensino das elites brasileiras manteve-se também na década de 1930. Além das instituições mencionadas, que promoviam a cultura, a história, os primados educacionais e os valores franceses, o Ministério de Relações Exteriores francês – de estreitas conexões com os Institutos Franco-Brasileiros e com a Aliança Francesa – mostrava-se inseguro diante da manutenção da ascendência cultural no país. Outras nações agiam no mesmo sentido, como os Estados Unidos e a Itália, pressionando políticos estaduais e federais. O foco era a obtenção de postos da futura Universidade de São Paulo, mas, em menor grau, também da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Universidade do Brasil (FERREIRA, 2005, p. 228-230). O que estava em jogo, conforme uma carta do cônsul francês em São Paulo para o embaixador da França no Brasil de 1934, “é nossa própria civilização [...] trata-se de ganhar a partida; é preciso ser rápido” (PINGAUD apud FERREIRA, 2005, p. 229).

Os desdobramentos posteriores atestam e reforçam a ideia da proeminência das missões francesas, conquanto grupos menores de docentes de outras nações europeias também compusessem o esforço. A meu ver, as razões são óbvias: o colonialismo cultural português perdeu lugar ante a crise da instauração republicana no além-mar (1910), além do sentimento antilusitano *jacobinista*



(movimento vívido entre c.1890-1920, de teor republicano, antimonarquista e não-nacionalistas) (TRICHES, 2007). Assim, durante a Primeira Guerra, ocorreu um tênue vácuo (arrefecido pela francofilia no ensino secundário), seguido por uma disputa da proeminência da influência cultural no país.

Naturalmente, este processo ocorreu com vários meandros, convergências e diálogos entre os colonialismos português e francês no Brasil – como avançarei na parte final do texto. Seja como for, a França empreendeu grandes esforços, estava mais próxima da realidade brasileira (o ideal republicano laico, o escopo de país cristão e conservador, tal como o passado monárquico recente e uma solução menos traumática no escopo social do que a portuguesa); e, assim, foi nitidamente premiada com uma posição de destaque na futura Universidade de São Paulo.

Sobre isso, Júlio de Mesquita Filho não deixou dúvidas: temia-se, com a criação da referida instituição, que o fascismo e o nazismo fossem divulgados no país. Para atender os inevitáveis apelos da grande colônia italiana no país, deram-lhes as cadeiras de ciências puras. “Conservávamos para a França, líder da liberal democracia, aquelas de que dependia diretamente a formação espiritual dos futuros alunos” (MESQUITA FILHO, 2010, p. 131-132). Entenda-se, as Humanidades, Letras e Artes.

Quanto à questão das universidades brasileiras, Fávero, Peixoto e Silva (1991) afirmaram que agentes públicos teriam se preocupado sobremaneira com posturas clientelistas na montagem das instituições universitárias brasileiras, isto é, em adotar uma postura servil diante das manifestações culturais de outras nações. Ao tratarem da criação da UDF em meados da década de 1930, as autoras assumiram aquilo que Afrânio Peixoto<sup>5</sup>, seu primeiro reitor, afirmou na apresentação do Boletim da UDF:

Elas serão, essas missões culturais, a *souche*, a soca diremos nós, donde brotará disseminada a cultura nacional, não mais o esforço individual de alguns autodidatas, senão extensão popular e coletiva de culturas, que serão a cultura brasileira, dando o exemplo, sempre fértil em contágios e imitações (PEIXOTO, 1935, p. 8, grifo do autor).

A crença de Peixoto, compartilhada pelas pesquisadoras brasileiras, manifesta certa ingenuidade, pois ignorou as pretensões originais francesas: a utilização do termo “*missões culturais*” desnuda algo típico daquilo que foi preconizado pela Aliança Francesa, tal como da noção de *missão civilizadora*



(*mission civilisatrice*), expressão presente e recorrente entre intelectuais franceses e, não coincidentemente, na bibliografia que nós, historiadores brasileiros, empregamos de ofício.

Por sua vez, a evocação da *cultura nacional* também parece ecoar as discussões da Assembleia nacional, de jornalistas e de acadêmicos franceses no *fin-de-siècle*: no outro lado do Atlântico, os problemas envolviam a cicatrização das feridas da Guerra Franco-Prussiana (comparativamente, trata-se também de algo que moveu a elite paulista e paulistana após a Revolução Constitucionalista de 1932)<sup>4</sup>, juntamente com um discurso republicano imperial que integrava as colônias ultramarinas (como no caso das Ilhas Reunião)(cf. WARREN, 2011).

Deste lado, era preciso construir uma identidade nacional capaz de unir um país-continente com profundas diferenças, tendências desagregadoras e regionalismos. Portanto, o modelo francês “caiu como uma luva” diante das necessidades políticas, intelectuais e até mesmo educacionais daquele tempo, para constituir um sentimento de *ser brasileiro* independentemente das distâncias e diferenças. Na esfera mais ampla, o Brasil dispunha de um passado monárquico recente e que assombrava, em certo grau, a jovem república. Porém, no caso brasileiro, por um lado havia contiguidade territorial e, por outro, não se manifestava uma pretensão imperialista para além das fronteiras.

Retornando ao texto de Peixoto, destaco o termo francês “*a souche*”, seguido pela expressão em Língua Portuguesa (nitidamente derivativa), o que denuncia um de seus horizontes de influência fundamentais. Nota-se, assim, que as melhores intenções não foram capazes de demover esses mentores e intelectuais da francofonia e francofilia, que pairava sobre as mentes e corações apesar dos arroubos discursivos em nome da nação.

Mas se ainda restarem dúvidas, talvez valha a pena recuperar um testemunho sobre o ambiente uspiano na década de 1930:

Certa feita [...] ao iniciar uma de suas aulas espetáculo para os filhos madurões da elite paulistana [...] ele se dirigiu a um grupo de alunos, perguntando se haviam lido Marcel Proust. Silêncio aterrador. Braudel, após tirar suas luvas, perguntou: ‘Por quanto tempo mais os senhores pretendem continuar imbecis?’. **Essa estória**, diversas vezes contada e recontada por um de seus assistentes, Eduardo d’Oliveira França [...] **é emblemática da dialética do colonialismo cultural francês em São Paulo. A opinião desses franceses – qualquer um que fosse – sempre carregava um “plus a mais”, até os anos de 1970** (MOTA, 2004, p. 146, grifos nosso).



Não seria forçoso admitir, deste modo, que os horizontes cultural e intelectual franceses projetaram fortes e duradouras sombras sobre as primeiras gerações de intelectuais da Universidade de São Paulo. Considerando a batuta francesa e o impacto desta instituição para a consolidação de diversos campos de reflexão histórica no país, tudo leva a crer em um fenômeno análogo ao que ocorreu nos Estados Unidos.

Logo, discordo de propostas anteriores que sugeriram que a Universidade de São Paulo buscou inspirações no modelo universitário germânico de modo direto (MENEGHEL, 2006, p. 255-256; PAULA, 2002, p. 147-154). A transposição da experiência europeia de ensino universitário nacional seguiu os ditames franceses – espécie de mola-mestra – sem ignorar possíveis influências locais, regionais e nacionais. Sobre isso, concordo com Mota:

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, colocou-se no campo das ciências humanas, sob a égide da cultura francesa [...] era um tempo em que não havia concursos. Os catedráticos mandavam e desmandavam, no estilo do *grand patron*. Os professores franceses *en mission* tinham um poder excepcional [...] a São Paulo dos anos de 1930 era amena, e a elite intelectual que acolhera Braudel e seus colegas era cosmopolita e tinha um nível alto; demais, os contatos com a França e com a Europa eram intensos, permitindo que ele circulasse expressando-se em sua própria língua (MOTA, 2004, p. 140-149, grifos do autor).

É possível agregar ainda outras questões: a difusão do ensino da Língua Francesa no secundário; o mercado editorial, que passou a abundar de traduções de intelectuais franceses; a atuação de agentes, instituições e órgãos públicos franceses; a promoção do “prestígio intelectual francês” para suprimir a influência do *american way of life*; e, por último, mas não menos importante, que “São Paulo e Rio, cidades afrancesadas, faziam parte do mapa imaginário da França culta” (MOTA, 2004, p. 143).

Em suma, esse professorado francês proveu gerações de professores e pesquisadores de História de arquétipos, conceitos, tendências historiográficas e valores franceses. Também cito a difusão de manuais de história, como a série de Albert Malet e Jules Isaac (MALET; ISAAC, 2002). Sobre os mestres europeus, havia um conforto adicional: muitos deles atuaram como docentes do secundário em colônias ultramarinas francesas (Argélia, como no caso de Braudel, mas também Camarões, Senegal ...), algo celebrado por d’Oliveira França, como mencionei antes.



Por fim, esses intelectuais vieram cingidos das ambiguidades que marcavam a identidade nacional francesa: o período medieval como formador da ideia de ser francês, isto é, uma ideia que atrelava a ligação ao país com o sentimento, não ao território; os ideais pedagógicos jacobinos e populares, derivados da Revolução; uma preocupação republicana laica, típica da Terceira República; e o imperialismo republicano, que deveria ser intensamente promovido nas colônias, visando a unidade e o fortalecimento do sentimento nacional (WARREN, 2011, p. 1-25). Doutra feita, no estrangeiro, o intuito era fazer valer a “ascendência cultural francesa” – ou, sem eufemismos, o colonialismo cultural francês (MOTA, 2004).

Parece o momento adequado para propor um balanço parcial desse fenômeno no Brasil. Em primeiro lugar, acrescentarei alguns argumentos sobre a influência francesa nítida e cristalina, além de seu impacto na formatação das universidades brasileiras – tema tratado por diversos historiadores do país (BIRRO, 2020; D’ALESSIO, 1998; FERREIRA, 2005; MENEGHEL, 2006; MOTA, 2004; PAULA, 2002).

Considerando especificamente o caso da Universidade de São Paulo, é possível elencar de modo sucinto as razões: o papel da “missão francesa” durante os primeiros anos da instituição paulista – mas de longa influência; a adoção, adaptação e reprodução do “modelo quadripartite francês” noutras instituições; a francofilia formativa de nomes relevantes do corpo docente, como Eurípedes Simões de Paula e Eduardo d’Oliveira França; a participação destes nomes na manutenção do sistema instituído por influência francesa e na seleção de outros docentes da casa; por fim, a perpetuação do supramencionado modelo no transcorrer do tempo, apesar das críticas nas décadas de 1950 e 1960 e do congelamento das discussões até o início dos anos 1980. Independentemente dessas questões, a estrutura quadripartite francesa se manteve (D’ALESSIO, 1998; FERREIRA, 2012; FURTADO, 2015; LIMA, 2019; MOTA, 2004; THEODORO, 2009; WOOD, 2013, p. 222-243; para um resumo, cf. BIRRO, 2020).

Nesta fase, como alguns colegas enfatizaram, a difusão de leituras estruturalistas com maior ou menor influência do marxismo, tal como o cenário político vigente no país durante os anos de chumbo, fizeram com que a Idade Média no Brasil fosse encarada como algo na esfera da direita conservadora e sem razão diante da realidade nacional. Ato contínuo, o feudalismo serviu, de modo geral, como caricatura de todo o período (cf. BASTOS; RUST, 2008; COELHO, 2006; LISBOA, 2020).

O que esses balanços não perceberam, todavia, é que o colonialismo cultural





francês *exigia* a inclusão do passado medieval. Logo, não era possível negar a Idade Média, pois ela era um elemento estrutural na construção da experiência historiográfica de França; e como derivamos nossas reflexões acadêmicas e a panóplia arquetípica e conceitual sob a batuta francesa, não parece surpreendente que os estudos medievais tenham perseverado no país, apesar dos ataques e críticas.

Além disso, considerando o escopo da *cultura histórica* (RÜSEN, 1994), o debate do “feudalismo no Brasil” manteve-se efetivamente presente nas reflexões de historiadores relevantes no transcorrer do século XX, como Carlos Malheiro Dias (1921-1924), Sérgio Buarque de Holanda (1936), Gilberto Freyre e (1933), Caio Prado Júnior (1942), Nelson Werneck Sodré (1962) e Ciro Flamarion Cardoso (1973). E, como pano de fundo, forma-se um retrato da influência da historiografia francesa, de seus arquetipos, conceitos e do colonialismo subjacentes.

Portanto, seria pertinente e um verdadeiro ato historiográfico retomar as razões que forjaram tais ideias e os motivos subjacentes dessa perpetuação. Para tanto, propus um curto estudo de caso que considera as contribuições de um “precursor”, a saber, Carlos Malheiro Dias. Neste curto estudo de caso, abduquei da análise do “feudalismo no Brasil”, tema que exigiria um esforço inexprimível em poucas páginas. Em vez disso, lancei-me sobre os outros argumentos desses colonialismos e medievalismos que foram varridos para debaixo do tapete.

### **A Idade Média brasileira? Um *bric-à-brac* de colonialismos e medievalismos em Carlos Malheiro Dias**

Portugal ensaiou uma reaproximação política e cultural com o Brasil já no final do século XIX; mas o projeto mudou de estatuto a partir de 1910, com a proclamação da República portuguesa. Ele fundia a causa republicana com a causa nacional, enfatizava a proibidade colonizadora portuguesa, tal como seu gênio; apenas a combinação de ambos proporcionaria o bem republicano, a defesa da pátria (entenda-se Portugal) e das colônias. A preocupação maior era mostrar o Brasil como um filho e irmão “bem amado” de Portugal, uma nação próspera e independente. Assim, esse elemento servia como argumento para a manutenção das colônias portuguesas na África: tal qual no Brasil, Portugal levaria “a luz da civilização à África” (FERREIRA, 2008, p. 121-122). Percebe-se, portanto, um sentimento muito similar ao fomentado pela França em relação





a si mesma, aos territórios ultramarinos e ao sentimento de identificação nacional - sendo este último a força motriz.

Com tratei anteriormente, ocorreu um rompimento com o colonialismo cultural português no Brasil no início do século XX, graças ao acirramento do nacionalismo e com os desdobramentos de campanhas lusóforas (TRICHES, 2007). Naturalmente, este processo não transcorreu de maneira integral e as tentativas de manutenção da influência portuguesa no país permaneceram. Para tornar meu argumento mais alusivo, defendo a hipótese de *bric-à-brac de colonialismos e medievalismos*, eivados de contradições e problemas. Naturalmente, o termo *medievalismo crioulo* guarda semelhanças, mas não abarca as peculiaridades do fenômeno na experiência brasileira<sup>5</sup>.

Júlio Mesquita, por exemplo, era filho de imigrantes portugueses e cercou-se deles quando jornalistas brasileiros abandonaram os jornais privados para abraçar carreiras de Estado (MÜLLER, 2007, p. 51-52); conseqüentemente, Júlio de Mesquita Filho, um dos articuladores e mentores da Universidade de São Paulo, chegou a estudar em um colégio lisboeta quando menino e cresceu nesse ambiente luso-brasileiro (MESQUITA FILHO, 2010, p. 149-150). Dentre eles, Carlos Malheiro Dias.

De pai português e mãe brasileira, Malheiro Dias teve uma educação privilegiada, com direito a educação em colégios e liceus portugueses que ofereciam currículos clássicos. Na vida adulta, cursou Direito na prestigiada Universidade de Coimbra, mas não concluiu os estudos da lei; ele obteve o grau no curso de Letras pela Universidade de Lisboa (quando de seu retorno para Portugal, no final do século XIX). Atuou na esfera administrativa portuguesa, mas dedicou boa parte de sua vida ao jornalismo e à literatura (CARLOS..., 2020).

Ele alternava temporadas entre Brasil e Portugal, colaborando para vários periódicos em ambos os países. Ao iniciar sua carreira literária, alcançou uma terrível reputação ao publicar *A Mulata* (1896), obra naturalista e crítica da sociedade carioca da época. O perfil da protagonista, mulata e prostituta, causou repulsa entre os intelectuais brasileiros; Malheiro Dias foi avidamente criticado e retornou para Portugal praticamente escorraçado do Brasil. Em terras lusas, continuou a escrever enquanto atuava como deputado da Assembleia Nacional. Vale ressaltar que Malheiro Dias era um ferrenho monarquista (CARLOS..., 2020).

Em 1910 foi proclamada a República em Portugal. Após três anos, Malheiro Dias exilou-se no Brasil, não sem antes produzir vários trabalhos críticos ao fim



da monarquia e dos problemas enfrentados por Portugal em decorrência disso. Chamo atenção para *O estado actual da causa monarchica* (1912), texto político publicado por um intelectual amargo com o fim recente do regime monárquico português. Na obra, o autor expôs aquilo que tomava como trapalhadas, prejuízos e outros desagrvos republicanos, que comprometeriam o futuro de Portugal.

Conforme o arrazoado, o povo português era eminentemente conservador, e o conservadorismo combinava com a monarquia; a Espanha monarquista não lançaria um ataque contra Portugal por compor uma aliança com a França e Inglaterra para controlar o Mediterrâneo (MALHEIRO DIAS, 1912, p. 222-254); mas não estava satisfeita com a escolha dos vizinhos, pois “a península é demasiado pequena para que nella caibam, sem mutuamente se prejudicarem, uma republica e um reino” (MALHEIRO DIAS, 1912, p. 238).

Para Malheiro Dias, a Inglaterra exercia uma tutela sobre Portugal, e não uma aliança. Frente à cobiça germânica, ela cederia (a contragosto) seus territórios e, mais facilmente, os territórios coloniais portugueses aos germânicos (MALHEIRO DIAS, 1912, p. 255-259). Os alemães, por sua vez, receberam apenas o rebotalho da África; conseqüentemente, espreitavam Angola e Moçambique, que faziam fronteira com seus territórios (MALHEIRO DIAS, 1912, 261-267).

Com efeito, o capítulo dedicado aos alemães que Malheiro Dias fornece o argumento central do intelectual sobre o colonialismo europeu, as relações luso-germânicas e o Brasil como argumento central contrário ao avanço da Alemanha na África. A rigor, o continente serviria como um

complemento do continente europeu [...] e das nascentes do Nilo ao Cabo da Boa Esperança as tres raças anglo-saxonica, germanica e latina dominarão, sem competidores [...] as grandes nações européas deverão constituir na Africa verdadeiras projecções dos seus organismos sociaes [...] A Africa representa a solução do problema social europeu, a possibilidade de dar um derivativo ás suas populações transbordantes [...] de garantir, numa palavra, a civilização da Europa contra a derrocada com que a ameaçaria o seu proprio progresso [...] O esbulho do patrimônio colonial portuguez parece constituir na hora actual um claro proposito da Allemanha. O pretexto allemão [...] baseia-se ainda na incapacidade colonizadora portuguesa [...] (MALHEIRO DIAS, 1912, 261-265).

O intelectual luso discordava do argumento germânico. No capítulo



seguinte, intitulado de *A ovelha e os lobos*, Malheiro Dias (1912, p. 267-268) atestou que “Nada tem Portugal que temer pelas suas colônias, pois que, longe de abandonar a incuria, n’ellas gasta com sacrificio capitaes e esforço [...]”; além disso, a nação lusa brilhava

**pelo testemunho immortal que do poder espantoso do seu esforço ella legou á posteridade com o povoamento e a colonisação do Brasil [...]** a nação portugueza impõe-se ao respeito da Europa, tão imbuída de aristocracismo histórico. **O seu passado glorioso é para Portugal um escudo** (MALHEIRO DIAS, 1912, p. 284, grifos nosso).

A síntese de ideias não deve ter ocultado os projetos coloniais em voga, o papel e os problemas portugueses, além da força argumentativa que o Brasil conferia ao arranjo. A África serviria como espaço de sustento, colonização e expansão europeia; Portugal sofria a acusação de administrar insatisfatoriamente seus territórios; todavia, o sucesso e o desenvolvimento nas Américas, tal como a trajetória histórica lusitana, serviam como respostas à altura no propósito de manter os territórios coloniais ultramarinos portugueses e do futuro da nação – fosse ela uma república ou uma monarquia.

Voltarei por hora ao nosso protagonista exilado. Após deixar Portugal, ele permaneceu alguns anos como jornalista e literato no Brasil, conduzindo projetos próprios de temática luso-brasileira e, sobretudo, atuando no círculo de jornalistas do *Estado de São Paulo* e travando relações frequentes com Euclides da Cunha, Júlio Mesquita e Júlio de Mesquita Filho. Além desses laços, ele capitaneou o projeto editorial da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* em três volumes (1921-1924; doravante citada como HCPB).

Paradoxalmente, o texto foi projetado para comemorar o centenário da independência do país sulamericano, mas financiado majoritariamente por Albino Sousa Cruz, um rico industrial português radicado no país, por sugestão da Câmara Portuguesa de Comércio e de Indústria do Pará (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v. 1, 2). De fato, obra fazia parte do projeto da elite portuguesa no Brasil, que pretendia valorizar a presença e a herança portuguesa na construção da nação brasileira (BATALHONE JÚNIOR, 2014, p. 317-342). Tratava-se de um esforço entre vários, uma contraofensiva lusitana ante os esforços de seus vizinhos europeus. Além da publicação, cito a manutenção do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, de periódicos e de outras publicações



que tentavam alimentar a fraternidade e, implicitamente, a manutenção do colonialismo cultural português no Brasil (FERREIRA, 2008) – com efeitos limitados, como exposto outrora.

Independentemente disso, a HCPB reproduziu muitos argumentos fornecidos em *O estado actual da causa monarchica* que podem causar embaraços aos defensores da ideia de “raízes medievais do Brasil” – especialmente o terceiro volume da obra monumental, intitulado *A Idade Média Brasileira*.

No Brasil, o português atacou o aborígine adverso como atacara o mouro; pelejou contra os invasores francês, batavo e britânico como pelejara contra o romano, o leonês e o castelhano [...] nação composta de homens, mas homens como nunca a terra vira; homens cujo braço era de ferro, cujo coração era de fogo [...] seu folgar nas batalhas de um contra cem [...] homens que subjugaram os mares e fizeram emmudecer a terra; homens enfim que saldaram com o islamismo e com a Asia a avultadissima divida de desar e affronta, que a Cruz e a Europa lhes deviam desde os tempos em que as desventuras e revezes das Cruzadas se completaram pela perda fatal de Constantinopla (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. v-vii).

O início da HCPB deixa claro seu caráter panfletário, arquetípico e teleológico, principalmente em contraposição e espelho daquilo que foi preconizado em *O estado actual da causa monarchica*: se Portugal assumisse suas qualidades inatas, recobrasse seu hercúleo esforço e fizesse valer seu passado glorioso, poderia repetir no início do século XX aquilo que fez valer séculos antes, ou seja, combater os invasores estrangeiros, garantir suas conquistas e perseverar onde nem mesmo as outras nações europeias conseguiram no passado.

Se em *fin-de-siècle* os franceses consideraram as *Cruzadas* como o primeiro empreendimento colonial bem sucedido e espécie de “destino manifesto” dos povos submetidos pelo colonialismo francês (WARREN, 2011, p. 14), Malheiro Dias, por sua vez, observou nesse exemplo um retumbante fracasso, contornado tão somente pelo gênio português séculos mais tarde. De fato, os europeus e a Cristandade teriam sido vingados com as conquistas lusitanas diante dos “mouros” na África e na Ásia – não sem antes equiparar os indígenas aos muçulmanos.

Sobre a interação entre povos durante esta “Idade Média Brasileira” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xii), o autor voltou à carga: “O Brasil é a



conseqüência dos esforços de um só povo branco: o português, auxiliado pelo mameluco, sua criação étnica, e pelo escravo negro” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xi). Após avançar para um sistema feudal (ou neofeudal) derivado das capitânicas hereditárias (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xiii-xvi), sobre o qual não me atarei nesta ocasião, o autor recobrou o papel do negro na construção brasileira; e, como espelho do momento, o papel dos africanos no projeto colonial português vigente na época:

os jesuítas encaravam a escravatura negra como expediente salutar para a paz e a prosperidade da colônia. Aqueles padres angélicos [...] não se insurgiam contra a escravidão do africano. Aceitavam-a como instituição milenária, adoptada por todos os povos, e serviam-se dela para as suas iniciativas humanitárias (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xx).

Sentenças fortes para uma publicação que circularia amplamente no Brasil, onde os escravos foram libertados cerca de um quarto de século antes e onde *A Mulata*, obra controversa do luso-brasileiro, causou grande furor, embaraço e negação de uma parcela considerável da elite brasileira. Talvez para acalmar os ânimos, Malheiro Dias explicou em seguida que

A escravatura, mão de obra na sustentação de tantas das nações da antiguidade, tornou exequível a desmarcada façanha do pequeno povo colonizador. A Providência, que lhe entregara o domínio sobre a terra inóspita e despovoada, já anteriormente lhe destinara com a posse da África os reservatórios onde ele iria buscar o material humano para a construção do novo império. Sem o holocausto do negro, o Brasil não se poderia ter constituído. Vós nos parecem as lamentações póstumas como puerís os anátemas contra a prática da escravatura. Os portugueses não foram os seus instituidores. herdaram-a da civilização greco-latina [...] Sem o escravo não se haveria dilatado o poderio romano; sem o escravo não se poderia ter criado o Brasil (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xx-xxi).

Destino manifesto, lei infalível, naturalização da África como depósito de forças a serem exploradas pelos mais fortes, legitimidade da escravidão: ideias que remontam ao texto anteriormente apresentado, isto é, “a resultante fatal, lógica [...] d’essa doutrina do imperialismo”, quando “[...] a superfície da



terra será cada dia mais furiosamente disputada pelos povos fortes, prolferos e ambiciosos, aos povos fracos, negligentes e retrógrados” (MALHEIRO DIAS, 1912, p. 266). Neste ponto, o pensamento do luso-brasileiro, ressalvadas as diferenças contextuais, aproximou-se tanto do medievalismo francês católico daquele tempo quanto do *destino manifesto* presente na historiografia estadunidense (BIRRO, 2016a, 2016b; GEARY, 1996; WARREN, 2011, p. 16-19).

Ao avançar, Malheiro Dias descreveu os pontos estruturalmente fortes da futura nacionalidade brasileira e as vantagens da colonização portuguesa: raça diferenciada, unidade idiomática e religiosa, a tradição, a integridade territorial ... todos eles fruto do esforço dos lusitanos “em quási três séculos de esforço e de luta” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xxiii). Tais fatores teriam colaborado para fazer o Brasil repetir os “fenómenos de gestação e evolução das pátrias europeias” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xxiii), algo , segundo o autor, reconhecido pelas próprias nações de lá.

Quanto aos negros e indígenas, “apresentavam-se aos europeus civilizados como semi-homens animalescos”, e foram feitos verdadeiros homens e dotados “das capacidades cerebrais e emocionais do indo-europeu” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xxiv) *apenas* por intervenção portuguesa – por mais cruel que pudesse parecer após um primeiro olhar. Sobre isso, o autor foi de fato mais explícito:

O Brasil, tal qual o vemos, não podia resultar da evolução do aborígene. Como tôdas as civilizações avançadas da América, é o resultado da substituição em grande escala do europeu ao autoctóne [...] A principar pelas próprias raças nativas, em constante peleja, tudo lhe faltava do que é necessário à constituição de uma nacionalidade homogénea (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xxvi-xxviii).

Portanto, nesta proposição, o sangue português “apurou” o melhor do negro e “criou um tipo adaptado simultâneamente ao progresso e ao devorador clima tropical” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xxiv); algo similar ocorreu com indígena, propiciando “[...] o aparecimento do mameluco”; assim, dele “surge na história do Brasil o belicoso campeão da futura nacionalidade: a sua célula *mater*” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xxxix). Com efeito, o mameluco teria orgulho de sua origem lusitana, mas disporia da adaptação, capacidade física e instintos de combatividade dos americanos. Além disso,

É ele, brasileiro nato, sem a nostalgia do europeu, liberto de





tantos dos seus preconceitos ancestrais, quem inexoravelmente, como cego instrumento do destino, persegue os habitantes das florestas, o afugenta, e avança nas selvas, terrível precursor da civilização [...] O mameluco é uma subconsciente força social em movimento, uma espécie de fatalidade semelhante às energias que animam a natureza. A dentro dêle fere-se um combate que repercute em cada um dos seus actos: luta de uma raça superior suplantando uma raça secundária. É um exemplar de transição, agitado por contraditórias energias; semi-selvagem que quer ser um civilizado, homem que quer ser um povo (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xxxix).

Cabe um elemento adicional de Malheiro Dias, a saber, a natureza dos portugueses que vieram ao Brasil. Para o diretor da HCPB, a maioria deles não era composta de degredados e vadios, como alguns detratores afirmavam no início do século XX, mas de uma “nobreza de sangue” de origem baixa (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. 222). A rigor, o luso-brasileiro chamou atenção que “a instituição do regímen feudal” em solo brasileiro dependeu em parte da “qualidade dos povoadores do primeiro ciclo e a feição aristocrática e guerreira que êle ostenta nos dramáticos anais” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. 221).

Portanto, nessa construção, os portugueses que colonizaram as Américas eram livres, civilizados, guerreiros e, simultaneamente, lavradores. Como fez questão de enfatizar ainda na introdução da obra, a lavoura colonial brasileira foi “sustentada de armas na mão, sob a ameaça quási permanente do assalto e da devastação, é um certificado da coragem obstinada da raça”, e o indígena bárbaro e belicoso, por sua vez, “convertia o lavrador num guerreiro” (MALHEIRO DIAS, 1921-1924, v.3, p. xlix-l) – como um heroico guerreiro medieval.

### **Considerações Finais**

Diante da mixórdia de elementos que fazem corar qualquer ingênuo defensor das “raízes medievais brasileiras” (superioridade racial europeia, inferioridade do indígena e do negro, destino manifesto, razão de estado, leis infalíveis da economia e política, colonialismo, medievalismo), fica a pergunta: as ideias de Malheiro Dias representavam tão somente o olhar solitário, patriótico e amargo de um monarquista exilado ou deixaram marcas na historiografia nacional?

Na tentativa de responder tal questão, retomarei os relevantes depoimentos





de Mesquita Filho. Certa feita, ele confessou, após elogiar a formação recebida na Europa e reclamar da educação ofertada na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que tinha vontade de incutir em seus colegas “as concepções de ciência e cultura que já nessa altura se haviam desenvolvido na Europa” (MESQUITA FILHO, 2010, p. 151). Ademais, era preciso adotar “os métodos da cultura que vigoravam em todos os países civilizados daquela época. Foi mais ou menos nesta altura que pela primeira vez iniciei um apelo aos professores vindos da França” (MESQUITA FILHO, 2010, p. 151-152).

Noutro texto, publicado em 1937, Mesquita Filho expôs aquilo que restou aos derrotados no levante constitucionalista (1932): “Paulistas até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer [...] do que a universidade?” (MESQUITA FILHO, 2010, p. 139).

Os depoimentos de Mesquita Filho acompanham ideias geralmente presentes em suas declarações públicas: civilização, opção pelos franceses (em detrimento de italianos e alemães) e o mito bandeirante. Sobre este último, lembro-me da corrente historiográfica do bandeirantismo paulista, com especial apreço pelos heróis e pela noção de “raça”. Em suma, os institutos históricos estaduais tentavam imprimir em época as singularidades dos estados. Em São Paulo, o bandeirantismo (e a ideia do mameluco) ganhou força no início do século XX, como forma de explicar o sucesso industrial vigente no Estado, seu papel vital no desenvolvimento nacional (FERREIRA, 2002, p. 304-327; JESUS, 2007, p. 22-38); e seus homens, por sua vez, seriam herdeiros de uma força superior, transmitida atavicamente por seus antepassados bandeirantes que, séculos antes, teriam adentrado os sertões e lutado contra índios bravios e selvagens em busca da riqueza que faltava na capitania de São Vicente. Os maiores ícones dessa interpretação foram Afonso d’Escragnolle Taunay (de origem francesa, de formação francófona, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e professor da Universidade de São Paulo em sua fundação) e Cassiano Ricardo Leite (renomado ensaísta, jornalista e poeta) (TAUNAY, 1995; RICARDO, 1970).

Como Nadia Altschul (2015, p. 150-154) demonstrou, tal ideia moveu também o pensamento de Euclides da Cunha durante a escrita de *Os Sertões*. Aparentemente, esse princípio estava arraigado na elite paulistana e assim se manteve nas primeiras décadas do século XX. Nesta dimensão, Braudel (1955, p. 8), uma vez no Brasil, mostrou-se impressionado pelo ideal bandeirante, conforme expresso em uma de suas conferências: “Imaginais que na Europa



[...] um historiador proceda a estudos familiares a meu ilustre colega professor Taunay e queira apresentar um esquema das bandeiras, que fizeram o Brasil e lhe deram todo o volume”. Mas, para Braudel (1955, p. 9), o bom historiador deveria descrever “o cenário brasileiro”, a saber, sua imensidão, selva, rios e pantanais; além dele, os “seres coletivos”, isto é, a raça especial dos grandes homens. O exemplo recobra, portanto, os grandes homens das bandeiras, presentes nas obras de Taunay e Ricardo.

Os indícios deixados robustecem a impressão de adesão ao mito bandeirante por parte de Braudel, que seria uma versão brasileira daquilo que se construía na França e em Portugal em época. Ian Merkel, analisando outras produções do renomado historiador francês neste lado do Atlântico, mostra que Braudel acreditava que pouquíssimos países tinham condições de formar uma nova nação em termos sociais - o Brasil era um deles: “sua afirmação de sim [da possibilidade de uma nação brasileira] se aplica apenas para a ‘Argentina e o Brasil do tipo paulista’ [...] Braudel tinha fé suficiente que o ‘tipo paulista’ iria servir como um modelo para um novo tipo de Brasil” (MERKEL, 2019, p. 142).

Considerando o conjunto indiciário, parece verossímil propor que Braudel identificou nos paulistas o grupo que serviu de base para o Brasil, tal qual ocorreu na França no final do século XIX, após a Guerra Franco-Prussiana; e, simultaneamente, justificava as razões que impossibilitavam a emancipação das colônias francesas na África, sobretudo da Argélia, onde ele atuou antes de vir ao Brasil e onde os franceses agiam como bandeirantes (MERKEL, 2019, p. 129-160). Com efeito, Braudel reproduziu, com todo refinamento que lhe era peculiar, o colonialismo francês vigente; além disso, se identificou com o bandeirantismo paulista e seu papel de destaque na conjuntura brasileira, graças às suas semelhanças arquetípicas e não casuais com o medievalismo e o colonialismo francês da Terceira República.

A versão de Malheiro Dias, porém, não abraçou puramente a corrente paulista, conquanto tenha feito do mameluco, este pretense produto português, o esteio da futura nação brasileira. Nos textos assinados pelo luso-brasileiro na HCPB, ele introduziu o mameluco no âmago de São Vicente e Pernambuco, as capitanias bem sucedidas durante “a Idade Média Brasileira”. Aquelas que seguiram outros caminhos, por sua vez, teriam malogrado miseravelmente. Outrossim, a proposta do luso-brasileiro tentou projetar a superação de qualquer vicissitude regionalista em prol de um projeto nacional unidirecional.

Neste *bric-à-brac* de colonialismos e medievalismos que deram ensejo ao mito bandeirante, Malheiro Dias e seus colaboradores projetaram nas Américas



“o mundo ideal imaginado por Herculano para o Portugal europeu a partir da história medieval: uma sociedade rural de lavradores livres, a caminho da autonomia política [...] Em suma, o Brasil era a reencarnação, nos trópicos, do Portugal Medieval” (RAMOS, 2005, p. 131-132).

Seja como for, nota-se claramente a coadunação ou o reaproveitamento do *topos* racial do colonialismo intelectual português no posterior projeto francófilo, que não abdicou de suas conexões com a Idade Média. São quase como camadas sobrepostas que guardam em si mesmas muitas conexões e dissonâncias, posto que muitas premissas tem um berço comum. Além disso, tal base elenca uma dimensão de colonização que extrapola seu caráter concreto no passado brasileiro, propondo uma verdadeira colonização intelectual do Brasil, que foi disputada arduamente por portugueses e franceses na aurora do século XX. E o subsídio historiográfico e a gama de argumentos a reboque serviram e ainda servem como eixos de reflexões históricas produzida no país.

Igualmente, a reflexão aqui proposta, que assumiu muitas vezes um tom ensaísta e deixa mais perguntas do que respostas, expõe o potencial do *medievalismo* para repensar nossa própria produção intelectual e corrobora com esforços conduzidos por colegas que, mediante outros pontos de partida, chegaram a conclusões similares. Concluo afirmando que a intenção não foi expor colegas que porventura defenderam inocentemente as “raízes medievais no Brasil”, que parecem naturais por estarem inscritas nesses processos de colonialidade do poder, colonização intelectual e medievalismos; no entanto, essas percepções são, em essência, construções que hoje exibem apenas a superfície lustrada e polida. Porém, após um escrutínio cuidadoso e sob a superfície, elas expõem terríveis problemas subjacentes em suas faces ocultas.

## Referências

ALTSCHUL, Nadia R. Medievalism and the contemporaneity of the medieval in postcolonial Brazil. *Studies in Medievalism*, Glasgow, v. 16, p.139-154, 2015.

ALTSCHUL, Nadia R. Medievalism in Spanish America after independence. In: D'ARCENS, Louise (ed.). *The cambridge companion to medievalism*. Cambridge: CUP, 2016. p.151-164.

AMARAL, Clinio; BERTARELLI, Maria Eugenia. Long middle ages or appropriations of the medieval? A reflection on how to decolonize the Middle Ages through the theory of Medievalism. *História da Historiografia*, Mariana, v. 14, n.33, p. 97-130,



2020.

BASTOS, Mário Jorge da Motta; RUST, Leandro Duarte. *Translatio Studii: a história medieval no Brasil*. *Signum*, [Rio de Janeiro], n. 10, p.163-188, 2008.

BATALHONE JÚNIOR, Vitor Claret. A “História pátria” entre dois monumentos: o passado colonial nas notas de rodapé da história geral do Brasil e da história da colonização portuguesa no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 170, p.317-342, 2014.

BIRRO, Renan Marques. “A energia, as ideias e a vida anglo-saxãs estão a serviço do rei Emanuel”: reflexões sobre as primeiras missões batistas no Norte do Brasil (c.1870-1900). In: BIRRO, Renan Marques; CHAVES JÚNIOR, J. I.; LENINE, V. (org.). *Colonialidades: governos, gentes e territórios na América Ibérica (séculos XVII-XIX)*. Curitiba: Prismas, 2016b, p.305-318.

BIRRO, Renan Marques. Ensino de história medieval, eurocentrismo e BNCC (2015-2018): um debate recente? In: BUENO, André; BIRRO, Renan Marques; BOY, Renato (org.). *Ensino de história medieval e história pública*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2020. E-book. p. 175-183.

BIRRO, Renan Marques. Frederick Jackson Turner e as raízes históricas, epistemológicas e raciais do conceito contemporâneo de fronteira. *Veredas da História*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.34-54, 2016<sup>a</sup>.

BRAUDEL, Fernand. Pedagogia da história. *Revista de História*, [São Paulo], v. 11, n. 23, p. 3-21, 1955.

CARDOSO, C. F. S. Sobre los modos de producción coloniales de América. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba ( Argentina ), n.40, p.135-159, 1973.

CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

CARLOS MALHEIRO DIAS. In: DIREÇÃO-GERAL do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Portugal). [Lisboa]: DGLAB, 2020. Disponível em: [livro.dglab.gov.pt](http://livro.dglab.gov.pt). Acesso em: 12 fev. 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.80-87.

COELHO, Maria Filomena. Breves reflexões acerca da História medieval no Brasil.



In: SILVA, L. R. (dir.) *Atas da VI semana de estudos medievais*. Rio de Janeiro: PEM, 2006. p.29-33.

CORTIER, Cortier. Langue, littérature, culture et civilisation à l'Alliance française: les constituants d'un modèle à succès? *Les documents de la SIHFLES*, [Paris], n. 60/61, p.1-12, 2018.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, p. 269-280, nov. 1998.

DAGENAIS, John; GREER, Margaret Rich. Decolonizing the middle ages: introduction. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, Durham, v. 30, n. 3, p.431-448, 2000.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.24-32.

EMERY, Elizabeth; MOROWITZ, Laura. *Consuming the past: the medieval revival in fin-de-siècle France*. Aldershot: Ashgate, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; SILVA, Ana Elisa Gerbasi. Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1951). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 78, p. 59-71, ago. 1991.

FÁVERO, Maria L. A. UDF: construção criadora e extinção autoritária. In: MOROSINI, M. (org.). *A universidade no Brasil*. Brasília: INEP, 2006. p.37-51.

FERREIRA, Antonio Celso. Modernos mamelucos. In: FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia brilhante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: EdUNESP, 2002. p.304-327.

FERREIRA, Marie-jo. As comemorações do primeiro centenário da independência brasileira ou a exaltação de uma modernidade luso-brasileira. In: REIS, A.; ROLLAND, D. (org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p.119-139.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 43, p.227-246, abr./jun. 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes.. O ensino da história na Faculdade Nacional



de Filosofia da Universidade do Brasil. *Hist. cienc. saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p.611-636, jun. 2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FURTADO, André Carlos. Entre a cátedra e a coleção: Sérgio Buarque de Holanda e a história geral da civilização brasileira. In: VENANCIO, G. M. (org.). *Intelectuais e palavra impressa*. Niterói: EdUFF, 2015. p.75-95.

GEARY, Patrick J. *Medieval Germany in america*. Washington: GHI, 1996.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações*. São Paulo: Conrad, 2005.

HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio. A USP e a formação de quadros de dirigentes. In: MOROSINI, M.(org.). *A universidade no Brasil*. Brasília: INEP, 2006. p.231-243.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HROCH, Miroslav. *Social preconditions of national revival in Europe*. Cambridge: CUP, 1985.

JESUS, Mirian Silva. *Abrindo espaços: os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande*. 2007. Dissertação (Mestrado) – UFRN, Natal, 2007.

LIMA, Douglas Mota Xavier. Uma história contestada: a história medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017). *Anos 90*, Porto Alegre, n. 26, p.1-21, 2019.

LIMA, Manuel Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Brasília: Editora do Senado, 2012.

LISBOA, Eduardo Leite. A história pública e a redenção do medieval. In: BIRRO, R. M.; BOY, R. (org.). *Ensino de história medieval e história pública*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2020, p.59-64.

MALET, Albert; ISAAC, Jules. *Histoire 1: rome et le moyen âge av. J.-C.-1492*. Paris: Hachette, 2002.

MALHEIRO DIAS, Carlos (org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924. 3 v.





MALHEIRO DIAS, Carlos. *O estado actual da causa monarchica*. Porto: Litografia Nacional, 1912.

MAMA, Amina. Conhecimento, cultura, identidade. In: UNESCO. *Sociedade do conhecimento versus economia do conhecimento*. Brasília: UNESCO: SESI, 2005. p.115-142.

MENEGHEL, Stela. Universidade de Campinas (UNICAMP): cérebros, cérebros, cérebros. In: MOROSINI, Marília (org.). *A universidade no Brasil*. Brasília: INEP, 2006. p.255-264.

MERKEL, Ian. Brazilian race relations, French social scientists, and African decolonization: a transatlantic history of the idea of miscegenation. *Modern Intellectual History*, Cambridge, v. 17, n. 3, p.1-32, 2019.

MESQUITA FILHO, Júlio. Conceito de universidade. In: PONTES, J. A. V. *Júlio de Mesquita Filho*. Recife: Fundaj: Massangana, 2010. p.149-160.

MESQUITA FILHO, J. A cidade universitária. In: PONTES, J. A. V. *Júlio de Mesquita Filho*. Recife: Fundaj: Massangana, 2010. p.137-147.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49.

MILLER, Anne-Hélène. Inter-disciplinarité et trans-nationalisme. *Perspectives médiévales*, Paris, n. 37, p.1-16, jan. 2016.

MOTA, Carlos Guilherme. Ecos da historiografia francesa no Brasil: apontamentos e desapontamentos. In: PERRONE-MOISÉS, L.(org.). *Do positivismo à desconstrução*. São Paulo: EdUSP, 2004. p.137-157.

MÜLLER, Fernanda Suely. *Ruptura ou tradição?: a crítica e a literatura portuguesa em “O Estado de São Paulo” no pré-modernismo brasileiro: 1900-1911*. 2007. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 2007.

MÜLLER, U. Medievalism/Mittelalter-Rezeption. In: CLASSEN, A. (org.). *Handbook of Medieval Studies*. Berlim: DeGruyter, 2010. p.850-865.

NEVES, Cynthia Agra Brito. O berço francês na nossa educação: do projeto do Colégio Pedro II ao Bac-ENEM. *Domínios da Linguagem*, Uberlândia, v. 9, n. 4, p.64-90, out./dez. 2015.





PAULA, Maria de Fátima Costa. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo 14(2), p.147-161, out. 2002.

PEIXOTO, A. Apresentação. *Boletim da UDF*, Distrito Federal, n. 1, p. 8, 1935.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.

PUGH, Tison; WEISL, Angela Jane. *Medievalisms: making the past in the present*. London: Routledge, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura, y conocimiento en América Latina. *Ecuador Debate*, [Quito], v. 44, p.227-238, ago. 1998.

RAMOS, Rui. “Um novo Brasil de um novo Portugal”: a história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX. *Penélope*, Paris, v. 23, p.129-152, 2000.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste - a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: EdUSP, 1970. 2 v.

RÜSEN, Jörn. Que es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. In: FÜßMANN, K.; GRÜTTER, H. T.; RÜSEN, J. (ed.). *Historische Faszination, GeschichtsKultur Heute*. Keulen: Böhlau, 1994. p. 3-26.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 1962.

SVANBERG, Fredrik. *Decolonizing the viking age*. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 2003. v.1.

TAUNAY, Afonso d’Escragnoille. *A Guerra dos bárbaros*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1995.

THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, n. 160, p.17-50, jun. 2009.

TRICHES, Robertha Pedroso. A labareda da discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 36, p.1-15, jul./ago. 2007.



UTZ, Richard. *Don't be snobs, medievalists!*. 2015. Disponível em: medievalists.net. Acesso em: 10 ago. 2019.

WARREN, Michelle R. *Creole medievalism*. Minneapolis: UMP, 2011.

WOOD, Ian N. *The modern origins of the early middle ages*. Oxford: OUP, 2013.

## Notas

<sup>1</sup>Algumas ideias aqui abordadas compuseram o texto apresentado no 6º *Simpósio Eletrônico Internacional em Ensino de História* (18-22 de Maio de 2020).

<sup>2</sup>Professor de História Medieval da Universidade de Pernambuco/Mata Norte (UPE/MN) e professor permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História da UPE/MN; Pesquisador do Leitorado Antigo (UPE/MN), do Núcleo de Estudos sobre Narrativas e Medievalismos (LINHAS/UFRRJ), do Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (LATHIMM/USP) e do grupo de pesquisa Leituras da Escandinávia Medieval (LEM/UEL). Agradeço aos professores que colaboraram com comentários, críticas e sugestões: Carlos André Silva de Moura (UPE/MN), Clinio Amaral (UFRRJ), João Porto Júnior (UFF), José Inaldo Chaves Júnior (UnB), Kalina Vanderlei Silva (UPE/MN) e Marcelo Berriel (UFRRJ).

<sup>3</sup>O “grupo do Estado [de São Paulo]” (1925-1937) era formado por Amadeu Amaral, Armando Salles de Oliveira, Júlio de Mesquita Filho, Léo Vaz, Nestor Rangel Pestana, Plínio Barreto, Paulo Duarte e Vivaldo Coaracy. Havia ainda um grupo maior e mais “livre”: Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Alberto Faria, Paulo Pestana, Oscar Freire e Oliveira Vianna. Portanto, Peixoto esteve envolvido, em maior ou menor grau, na fundação tanto da Universidade de São Paulo quanto da UDF - nesta última, como primeiro reitor em 1930 e enviado do governo da capital da república para convidar docentes europeus para a instituição (FÁVERO, 2006, p. 42-43; HEY; CATANI, 2006, p. 231-232).

<sup>4</sup>Em *Política e Cultura*, obra póstuma de Mesquita Filho: “Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação” (MESQUITA FILHO, 2010, p. 138). Lembro também que a Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) foi batizada em sua homenagem.

<sup>5</sup>O *medievalismo criollo* das Ilhas Reunião distingue-se, entre outros fatores, pelo sentimento de pertencimento da elite insular a França, tal como pela falta de uma população nativa no arquipélago, que só foi colonizada por franceses e malgaxes no século XVI (WARREN, 2011). Por outro lado, o caso brasileiro guarda semelhanças, mas também não se enquadra perfeitamente no modelo sugerido pelas elites de outros países sulamericanos como Argentina e Chile (ALTSCHUL, 2016), uma vez que elas optaram por um sentimento de pertencimento à Europa e de exclusão do componente indígena em suas respectivas nacionalidades. Com efeito, no Brasil, destaco duas soluções: uma evocava o mameluco como elemento étnico singular da nacionalidade brasileira (cf. a seguir a explicação sugerida por Malheiro Dias e pela interpretação bandeirantista); a outra, coeva e que guarda relações com a última, propunha a teoria da miscigenação racial entre europeus, indígenas e africanos. Ela foi originalmente rascunhada por



Manuel de Oliveira Lima (2012, p. 69), mas posteriormente incorporada e refinada por Gilberto Freyre, seu “afilhado intelectual”, em *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, 1933). Seja como for, conquanto com intensidades e protagonismos distintos, ambas as propostas apostavam em certa proeminência portuguesa no desenrolar da nacionalidade brasileira.